

# ECONOMIA SOLIDÁRIA E FEMINISTA: REFLEXÕES EM TORNO DA AUTONOMIA ECONÔMICA DAS MULHERES

Cleudes Pessoa<sup>1</sup>  
Jeannette Filomeno Pouchain Ramos<sup>2</sup>  
Socorro Letícia Fernandes Peixoto<sup>3</sup>

## RESUMO

Historicamente, as mulheres têm sido as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, sendo os homens considerados os provedores da família. A inserção das mulheres no mercado de trabalho ocorreu em condições desiguais. Nessa conjuntura questiona-se: é possível a autonomia econômica das mulheres? Quais os desafios da participação feminina em empreendimentos solidários? Quais políticas públicas sinalizam nessa direção? Para refletir sobre isso, adotou-se as categorias: relações sociais de sexo e gênero (KERGOAT, 2003; NOBRE, 2003; SCOTT, 1989; SAFFIOTI, 2004), trabalho (MARX, 1964; ANTUNES, 2000) e economia solidária (SINGER, 2001, FAVARETO, 2000). Como referencial metodológico, este artigo é de cunho bibliográfico e documental. Considera-se a economia solidária como uma alternativa à organização capitalista. Entretanto, para sua construção é necessário pensar novas relações de gênero. A partir deste estudo, sugere-se a incorporação de ações que ampliem a participação das mulheres, como: desenvolver empreendimentos organizados por mulheres e definir cotas de participação por sexo nos espaços de produção e decisão. O *Projeto de Inclusão Produtiva para as Mulheres do Bolsa Família*, mesmo em curso, apresenta resultados parciais, em relação à consciência de gênero. Compreende-se a necessidade da inclusão produtiva das mulheres, articulada à auto-emancipação das mesmas e à emancipação coletiva de homens e mulheres.

PALAVRAS CHAVES: Gênero, trabalho e economia solidária.

## 1. Introdução

Ao longo da história, as mulheres têm sido as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e familiar, sendo os homens considerados os provedores econômicos da família. A inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, em meados dos anos de 1970, ocorreu em condições desiguais de tratamento, de tempo, de mobilidade, de espaço e de remuneração em relação aos homens, principalmente devido às mulheres serem as executoras das atividades vinculadas às esferas dos cuidados da família e da casa.

A segregação no mercado de trabalho capitalista destinou às mulheres empregos mais precarizados, geralmente informais ou em tempo parcial, os salários mais baixos, menor cobertura dos serviços de seguridade social e dificuldades de acesso aos direitos

---

<sup>1</sup> Assistente Social, Militante Feminista da Economia Solidária, Integrante da Equipe de Coordenação do Projeto de Inclusão Produtiva para as Mulheres do Bolsa Família da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Fortaleza- SEMAS.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Estadual do Ceará – UECE, mestra em Políticas Públicas e Sociedade – MAPPS / UECE e doutoranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará - UFC

<sup>3</sup> Assistente Social e mestranda em Políticas Públicas e Sociedade – MAPPS / UECE. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

trabalhistas. Aliado a esses fatores, o trabalho profissional das mulheres é sempre visto como complementar às suas “responsabilidades” domésticas, ratificando-se assim, a concretização do patriarcalismo.

Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na década de 1990, percebe-se a ampliação da participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. A presença feminina na População Economicamente Ativa (PEA) do país cresceu cerca de 9%, mas ao contrário do que se poderia esperar, a inserção qualificada tem pequena parcela de responsabilidade nesse crescimento. A precarização da mão-de-obra feminina urbana tem sido resultado, entre outros fatores, do ingresso no mercado de trabalho de um expressivo contingente de mulheres na faixa etária de 40 a 54 anos, com baixa escolaridade e sem profissionalização.

Essa ampliação da participação feminina no mercado de trabalho reflete a emergência do modelo de desenvolvimento neoliberal que passou a ser implantado em vários países do mundo, a partir dos anos 1970 (ANDERSON: 1995), consolidando-se no Brasil na década de 1990 e que traz em seu bojo a crítica ao modelo de Bem-Estar Social. Este modelo destaca a redução do papel do Estado na implementação de políticas sociais de cunho universal, através da rígida disciplina orçamentária.

A ausência de escolas e creches de qualidade, a precarização dos serviços públicos de saúde, a incipiente política de assistência aos/às idosos/as e demais segmentos sociais, contribuem para que a presença das mulheres no mercado de trabalho se perpetue de forma subordinada em relação aos homens. Deste modo, além das mulheres serem historicamente responsáveis pela gestão cotidiana das necessidades da família, assumem as tarefas ora não executadas pelo Estado.

De acordo com Osterne (2006), a família tem sido pensada como base estratégica das políticas públicas, numa relação de parceria com os programas sociais, no sentido da construção de sua autonomia. Entretanto, esse mesmo discurso, tem sido apropriado, ideologicamente, para justificar a redução do Estado no âmbito das políticas públicas, ou seja, aciona-se a lógica do protagonismo familiar para transferir, aos próprios sujeitos portadores de necessidades, a responsabilidade pelas suas carências, vinculando-os ao processo de ajuda mútua, onde a família e a comunidade aparecem como suas próprias fontes naturais.

Os resultados dessa situação têm sido a desigualdade na distribuição dos recursos econômicos e do poder na sociedade, entre homens e mulheres. Fenômeno que se agrava, sobretudo, na vida das mulheres negras e das trabalhadoras do campo<sup>4</sup>. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU):

O salário médio das mulheres do setor industrial no mundo representa 3/4 do salário masculino. As mulheres executam 2/3 do trabalho realizado pela

---

<sup>4</sup> O trabalho das mulheres rurais também é menos valorizado que o dos homens. Para ilustrar essa situação, a pesquisadora Maria Inês Paulilo, comparando as etapas do trabalho agrícola na cana-de-açúcar, em diferentes regiões do Nordeste, pôde perceber uma diferença significativa. A tarefa de capinar, no Sertão do Nordeste era uma tarefa dos homens e era considerado um trabalho pesado. Capinar, no Brejo Paraibano era tarefa das mulheres e era considerado trabalho leve. Como se vê, no cultivo da cana o que caracterizava um trabalho como leve ou pesado não era a força física necessária para executá-lo, mas o valor social de quem o fazia. (Paulilo, 2001)

humanidade; as mulheres recebem 1/3 dos valores destinados a salários mundialmente; sendo proprietárias de apenas 1% dos bens imóveis do mundo; as diferenças de renda entre mulheres e homens no Brasil são as maiores do mundo; dos quase 1,3 milhão de miseráveis do mundo, 70% são mulheres. No Brasil, em média, as mulheres recebem metade do salário dos homens e, as mulheres negras, a metade do que ganham as mulheres brancas. (ONU,2006, p.11).

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a situação das mulheres está “melhorando” e, se o ritmo atual se mantiver, em 475 anos conseguiremos a igualdade salarial entre homens e mulheres.

Nesta conjuntura questiona-se: é possível a autonomia econômica das mulheres? Sendo assim, quais seriam as alternativas que apontam para a inserção qualificada, igualitária e que possibilite o desenvolvimento sustentável e a realização plena das trabalhadoras? Quais os desafios da participação feminina em empreendimentos solidários? Quais políticas públicas sinalizam este novo caminho?

Para refletir em torno destas indagações, revisitou-se a literatura pertinente às categorias relações sociais de sexo e gênero (KERGOAT, 2003; NOBRE, 2003; SCOTT, 1989; SAFFIOTI, 2004), trabalho (MARX, 1964; ANTUNES, 2000) e economia solidária (SINGER, 2001, FAVARETO, 2000). Como referencial metodológico, este artigo é de cunho bibliográfico e documental, por se constituir num âmbito teórico, a partir das obras citadas.

Em relação à categoria trabalho, tem-se como referencial a literatura marxista que se justifica como fundamental nesta temática, por cumprir duas tarefas: de um lado, oferece amplo espectro teórico acerca do modo de produção e, de outra parte, o marxismo como doutrina filosófica, propõe uma alternativa ao modelo capitalista. No tocante às categorias gênero e relações sociais de sexo, adota-se a abordagem feminista, haja vista a discussão crítica acerca das relações de poder e da divisão sexual do trabalho.

O presente texto estabelece um breve diálogo sobre a vida das mulheres e o mundo do trabalho na contemporaneidade. Em seguida, apresenta-se a economia solidária como alternativa de transformação das relações de sujeição das pessoas, em especial das mulheres, frente ao capital. E ainda problematiza a participação das mulheres em empreendimentos solidários.

## **2. As mulheres e o mundo do trabalho**

As relações sociais entre os sexos têm sido construídas historicamente nos diversos espaços de sociabilidade. Essas relações são baseadas em práticas, representações, símbolos e normas vivenciadas culturalmente por homens e mulheres, tendo ainda, uma base material que ratifica tais relações que é a divisão sexual do trabalho.

De acordo com Joan Scott (1989), gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, é também uma forma primeira de significar as relações de poder. As condições de opressão das mulheres, expressas no controle da sexualidade feminina e na desigual divisão sexual do trabalho, levam-nas ao lugar da reprodução e da invisibilidade. Tais condições estão pautadas no denominado

sistema patriarcal, que é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens. (SAFFIOTI, 2004)

O conceito de relações sociais de sexo, sistematizado por Kergoat (2003), denomina a tensão permanente que atravessa o campo social entre os grupos de interesses antagônicos, representados pelo grupo social dos homens e o grupo social das mulheres, em torno do trabalho e suas divisões.

Desse modo, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são duas expressões indissociáveis, formando epistemologicamente um sistema. De acordo com essa autora,

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão social do trabalho decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens de forte valor social agregado. (KERGOAT: 2003, p. 55)

A divisão sexual do trabalho, por sua vez, rege-se por dois princípios organizadores: o princípio da separação – existem trabalhos de homens e de mulheres - e o princípio da hierarquização – o trabalho dos homens “vale” mais que o trabalho das mulheres. A sociedade capitalista, portanto, utiliza essa diferenciação para classificar as atividades de acordo com o sexo.

Entretanto, o que se observa é que essa divisão entre a esfera produtiva e a esfera reprodutiva não é tão rígida. As fronteiras entre os espaços público e privado são cada vez mais tênues. No entanto, o mito que designa um tipo de trabalho para cada gênero influencia o real.

Como exemplo, pode-se ilustrar que as mulheres têm realizado muitas de suas atividades profissionais à luz dos papéis atribuídos historicamente como mães e donas-de-casa. Muitas mulheres no mercado de trabalho concentram-se em atividades consideradas tipicamente femininas, como serviço doméstico, professoras, enfermeiras, assistentes sociais. Em 1990, de acordo com Censo 2000 do IBGE, 30% das mulheres que se declararam como trabalhadoras eram empregadas domésticas, costureiras e professoras<sup>5</sup> primárias.

A transição entre esses dois mundos também está expressa na responsabilização das mulheres com o duplo trabalho, ou seja, com o trabalho produtivo mercantil e com o trabalho doméstico, dos cuidados.

#### Segundo Carrasco (2003)

Com a crescente participação feminina no mercado de trabalho e a resposta social masculina nula a essa mudança de cultura e comportamento das mulheres, elas assumirão a dupla jornada e o duplo trabalho, deslocando-se continuamente de

---

<sup>5</sup> Segundo dados da pesquisa *O Perfil do professores brasileiros* (UNESCO, 2004, 44), 81,3% dos professores são mulheres e 18,6% são homens. Há também uma variação de gênero por disciplina e série, ou seja, a proporção de mulheres vai diminuindo quanto mais avançada é a série da educação básica e no ensino médio 54,7% dos professores são homens. Quando estão na Universidade, elas se concentram em determinadas áreas, como educação, psicologia e serviço social, e têm menos acesso a promoções, a títulos, a cargos comissionados de direção, etc.

um espaço a outro, superpondo e intensificando os seus tempos de trabalho. Tempos que vêm determinados, por um lado, pelas exigências da produção mercantil e, por outro, pelas exigências naturais da vida humana. (CARRASCO, 2003, p. 37).

A partir desse contexto, a categoria trabalho justifica-se como fundamental para a compreensão das desigualdades históricas. O referencial marxista conceitua trabalho como produção do humano, ou seja, é o modo como homens e mulheres se inserem na ordem social e produzem nova ordem, através das suas relações com a natureza e pelas mudanças que essas relações estabelecem.

Assim, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se pelo trabalho pois, a partir do trabalho, em sua cotidianidade, o homem, no seu sentido ontológico torna-se ser social, distinguindo-se de todas as formas não humanas. Nenhum outro ser possui habilidade de ação transformadora que possa alterar seu cotidiano, seu habitat, de forma ágil e racional. Esta ação humana difere da atividade irracional dos outros animais, principalmente pela objetivação imposta ao ato criativo que se constitui na própria atividade humanizadora.

O trabalho na história da humanidade passou por várias transformações que despojaram o homem de seus instrumentos de trabalho, obrigando-o a vender a única coisa que lhe restava, a sua força de trabalho em troca de sua sobrevivência. O trabalho, nesse percurso histórico, passou da produção artesanal do trabalhador livre<sup>6</sup> no mundo pré-industrial, para a produção racionalizada e em série na sociedade industrial, com a emergência do fordismo e do taylorismo. Ressalta-se que a partir da crise do capital na década de 1970, passou-se a desenvolver um novo modelo de produção denominado de acumulação flexível.

Nesta nova forma de organização do trabalho, novos padrões buscam aumentar a produtividade, com ensaios de processos e modalidades de desconcentração industrial e de gestão de força de trabalho. Estas, entre outras transformações, refletem a desproletarização do trabalho industrial, fabril (diminuição da classe operária industrial tradicional); subproletarização em diversas formas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, ligado à economia informal, ao setor de serviços (heterogeneização, “complexificação” e fragmentação do trabalho) (ANTUNES, 2000).

Consoante às razões do capital, homens e mulheres têm realizado um trabalho alienado<sup>7</sup>, que se inserem nessa conjuntura desumana de exploração, que desvirtua o ser humano do verdadeiro sentido do trabalho como categoria fundante do ser social, mediante a transformação do meio e de si mesmo. Nesse sentido, Marx (1964) assevera:

<sup>6</sup> O trabalho passa de vivo para morto, também chamado negativo. Em outras palavras passa de um produto cuja função social apresenta o valor de uso para um produto cujo objetivo último é apresentar o valor de troca, ou seja, o sobretabalho que fica substanciado no produto, que por sua vez, nas relações econômicas do modo de produção capitalista, originando o lucro. Neste caso o homem deixa-se moldar, desenvolvendo um trabalho estranhado.

<sup>7</sup> Para Marx (1964), a realização do trabalho aparece na Economia Política como a desrealização do trabalhador, a objetivação como perda e servidão ao objeto, a apropriação como alienação. A desrealização do trabalhador ocorre na realização do trabalho externo, naquele em que o homem se aliena. Este é um trabalho de sacrifício de si mesmo, de mortificação, pelo qual o ser humano não se realiza no seu trabalho, pois este é um ato de espoliação no contexto da lógica do capital.

Chega-se a conclusão de que o homem (o trabalhador) só se sente livremente ativo nas funções animais – comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc. – enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. (...) Comer, beber e procriar, etc., são também, certamente, genuínas funções humanas. Mas, abstratamente consideradas, o que as separa da restante esfera da atividade humana e as transforma em finalidades últimas e exclusivo é o elemento animal. (MARX: 1964, p. 162)

Percebe-se, então, que há uma inversão das funções humanas ao realizar o trabalho alienado, externo ao homem, ou seja, o homem, ao exercer um trabalho externo, só atende a sua necessidade de sobrevivência física, assim como os animais, ocorrendo uma desumanização do homem, portanto de sua desrealização.

A retomada do sentido auto-gestionário do trabalho, ou seja, inversão desta lógica capitalista no mundo do trabalho impõe a tarefa de alimentar à construção de um outro mundo possível<sup>8</sup>.

As mulheres não podem esperar mais 500 anos para a possível redução das desigualdades econômicas e sociais impostas e retro-alimentadas pelo atual sistema. Mesmo considerando a relativa ampliação, está longe de garantir uma situação de igualdade entre homens e mulheres. Na economia capitalista, as mulheres ainda são consideradas cidadãs de segunda categoria, desempenhando tarefas que requerem habilidades consideradas como pertencentes a “natureza feminina” e estas por serem tidas como pré-existentes desqualificam o trabalho da mulher que recebe menos pelas tarefas realizadas.

A princípio, é necessário reafirmar que a divisão do trabalho tem raízes na estrutura e no cotidiano da vida econômica e é mantida e acentuada pelas instituições e relações humanas, portanto, é fruto de determinada evolução histórica da sociedade. Deste modo, compreendemos que a divisão social e do trabalho não existiram sempre, nem existirão *ad aeternum* – para sempre.

A finalidade da atividade produtiva é a construção das condições necessárias à sobrevivência física de homens e mulheres e a sua realização plena, através da produção de objetos materiais úteis e da prestação de serviços necessários à coletividade. Desse modo, é necessária a discussão das formas de trabalho em suas múltiplas dimensões; a participação autônoma, coletiva, ativa e criativa de todos os sujeitos, inclusive das crianças e jovens; a vinculação entre a vida comunitária com o processo de transformação e emancipação social. A comunidade deve ser entendida como produto do trabalho humano, seja da indústria, do campo, da educação escolar, do cuidado familiar, do trabalho intelectual e manual, etc. Portanto, o trabalho não é estranho às atividades sociais e comunitárias.

Entender o trabalho como atividade social e coletiva é atribuí-lo um sentido solidário, é discutí-lo a partir das diferentes formas que assume no interior da comunidade e da sociedade, ou seja, discutir o significado do trabalho na vida humana (FRANCO, 1991), possibilitando aos homens e mulheres clara consciência da sua importância, como meio de realização pessoal e como contribuição para o bem-estar social.

---

<sup>8</sup> Este movimento teve como um dos instrumentos de sistematização os Fóruns Sociais Mundiais e, como referência, entre outras experiências, as gestões democráticas e populares em várias capitais do Brasil.

Permeadas pela necessidade de reconstruir as relações sociais no atual contexto capitalista, conscientes da urgência de reparar os 500 anos de desigualdades sociais, em destaque, as desigualdades entre homens e mulheres vivenciadas pela sociedade brasileira, apresenta-se, em seguida, a economia solidária como um modo de produzir a vida.

### **3. Mulher e economia solidária: um outro modo de produzir a vida**

No Brasil, o termo economia solidária até meados dos anos 1990 era difícil de ser encontrado em textos, documentos e até discursos. Hoje, existem inúmeras organizações voltadas para este campo e também muitas formulações e estudos a respeito. Em 2003, com a posse do novo Governo Federal, foi criada uma Secretaria específica para este assunto, a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.

Mas, por que justamente em meados da década de 1990 o debate em torno da economia solidária se torna mais marcante no Brasil? Três fatores são imprescindíveis para responder esta pergunta.

O primeiro, diz respeito ao ideário das organizações de esquerda, que ao longo do século XX, tinha como perspectiva de transformação social a disputa do Estado, sendo que todas as tentativas de transformação do capitalismo resultaram em experiências contraditórias.

O segundo fator está ligado às transformações que o capitalismo passou desde os anos 1970, e que, no Brasil, fizera sentir com mais pesar a partir dos anos 1990. O processo de reestruturação produtiva, a adesão a novas tecnologias como microeletrônica e robótica resultaram no desemprego de enorme contingente de trabalhadores, trazendo consigo a necessidade de criar soluções para a crescente desigualdade social.

E por último, o terceiro ponto, está ligado ao papel do Estado na organização da economia. A estagnação da economia brasileira, que nos anos 1980 apresentou-se de maneira mais acelerada, com taxas muito próximas do crescimento da população, fazendo com que os postos de trabalho criados fossem insuficientes para absorver toda a população. Com esta crise, diminuiu também os recursos de que o Estado dispõe para investir na área social. Isso fez com que se passasse a pensar em alternativas que vão além dos moldes tradicionais existentes desde o pós-guerra, baseados na expansão do emprego industrial e no gasto público.

Uma das conseqüências dessas mudanças foi a busca de novas utopias, capazes de dar respostas imediatas a problemas concretos como, o desemprego e, ao mesmo tempo, servir como embriões de novas formas de organização da economia e da sociedade. Estavam assim, dados os parâmetros para a ampliação da Economia Solidária no mundo.

Atualmente, existem inúmeras ações governamentais e não-governamentais consistentes no campo da economia solidária. Os movimentos sociais avançaram muito na discussão política e na articulação nacional de produtores, empreendimentos<sup>9</sup> e

---

<sup>9</sup> De acordo com o Atlas da Economia Solidária no Brasil, no campo da economia solidária são várias as denominações para os empreendimentos econômicos, como: associações, cooperativas, unidades produtivas, grupos produtivos, até mesmo um grupo informal sem registro no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ, são considerados empreendimentos solidários (BRASIL, 2004, p. 8).

cooperativas<sup>10</sup>, como é o caso da Associação Nacional de Empresas de Autogestão – ANTEAG, da União Nacional de Empreendimentos da Economia Solidária – UNISOL e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES. Recentemente, na I Conferência Nacional de Economia Solidária, foi lançado o Conselho Nacional de Economia Solidária - CONES, que tem tido atuação marcante na disseminação desse novo pensamento sócio-econômico.

Sobre a definição do que é economia solidária e sua relação com o cooperativismo, pode-se afirmar que existem algumas experiências de cooperativismo internacionais de renome, entre elas a Terceira Itália, os KIBUTIZ em Israel e o Complexo de Mondragón na Espanha, que servem como base de fundamentação para as iniciativas de economia solidária no Brasil.

Definir o conceito de economia solidária torna-se uma tarefa difícil quando se percebe a diversidade de organizações e de perspectivas que vêm sendo realizadas. Arilson Favareto (2000), compreende que:

(...) trata-se de um tipo de movimento social ou, em outros termos, de uma idéia-força, capaz de mobilizar diferentes sujeitos. Economia solidária, sócio-economia solidária, economia social, economia popular: estes termos não são exatamente sinônimo, cada qual apresenta nuances e acentos diferenciados em relação aos demais, mas todos têm em comum o fato de estarem se referindo às formas de organizar a produção, a distribuição, a comercialização e o crédito por princípios solidários. (FAVARETO, 2000, p.21)

De acordo com Paul Singer (1999), a economia solidária tem um caráter revolucionário, à medida que se une o capital ao trabalho, que é o que o capitalismo separa. Diferente do sistema capitalista, onde o assalariado é um trabalhador sem poder, nem responsabilidade, por definição legal; na economia solidária o trabalhador tem seu papel definido, não individual, mas coletivo. Ele é um participante ativo, com poder e responsabilidade. Há assim, uma emancipação, uma desalienação.

Economia solidária é, portanto, uma alternativa à organização social e econômica capitalista, e conseqüentemente, constitui-se como atividade humana revolucionária ao inverter a lógica em que o homem é o objeto e o capital é o sujeito.

Neste sentido, o entendimento da proposta de desenvolvimento alternativo ou solidário, contido na economia solidária, é o desenvolvimento da “comunidade”, cidade, estado, nação como todo. Este se constitui como o fundamento de uma globalização humanizadora e socialmente justa.

No desenvolvimento solidário a autogestão é praticada enquanto atitude crítica frente ao modelo hegemônico, orientando valores como respeito, cooperação, democracia e participação. Contrapõe-se à gestão meritocrática, estratégica de resultados e de qualidade

---

<sup>10</sup> As cooperativas podem atuar em todos os ramos das atividades humanas, sendo-lhes facultado adotar por objeto, isolada ou cumulativamente, qualquer gênero de trabalho, serviços ou operações. Isso abre um leque muito grande para deformações e, no Brasil, existem várias cooperativas de grande e pequeno porte que não funcionam segundo os princípios da solidariedade e cooperação, servindo apenas de maquiagem para a exploração de trabalhadores e irregularidades tributárias.

total, baseadas na concepção técnico-científica de cunho empresarial e que organizam de forma hierárquica os cargos e funções, visando à racionalização do trabalho, a eficiência dos serviços e a produtividade.

O objetivo da autogestão é romper com a tradição centralizada, burocratizada e antidemocrática, estabelecendo um novo modo de organização social e produtiva, onde os indivíduos assumem a responsabilidade sobre suas atividades, sem intermediários. Baseia-se pois, na decisão coletiva dos sujeitos envolvidos, seja uma cooperativa, associação, banco popular ou grupo produtivo. Com a autogestão, todos são responsáveis pelo sucesso ou fracasso, pois as informações são socializadas, os saberes são respeitados e a decisão é coletiva, independente de escolaridade, gênero, raça, etnia e orientação sexual.

Sendo assim, construir um empreendimento autogestionário desafia homens e mulheres a desconstruir valores individualistas e estabelecer relações solidárias, pautadas nos seguintes valores: democracia – decisões tomadas pelo conjunto dos associados e associadas; participação – garantia do direito de decidir e condições para a efetiva participação; igualdade – todos/as têm tratamento igualitário, seja de remuneração, como de acesso à formação e conhecimento, para mesma tarefa e função; cooperação – responsabilidade partilhada na gestão e produção; desenvolvimento humano – concepção da formação como direito de todo / a trabalhador e trabalhadora, numa dimensão humana que possibilite o acesso às novas técnicas e educação integral. Valores estes que buscam o fim de toda e qualquer forma de exclusão /discriminação.

Ao organizar um empreendimento solidário de autogestão, deve-se atentar para as desigualdades de gênero, pois há o risco iminente de reproduzir a histórica divisão sexual do trabalho e a “falsa” igualdade, que alimenta a estrutura dual construída pela sociedade capitalista. Deste modo, a participação das mulheres em empreendimentos solidários constitui-se como objeto da reflexão a seguir.

### **3.1 A participação das mulheres em empreendimentos solidários**

Para que se construa uma outra economia, baseada nos princípios de igualdade, solidariedade, cooperação e ética, é necessário pensar novas relações de gênero, ou seja, novas relações entre homens e mulheres nesta relação de trabalho diferenciada das relações do modelo capitalista. Pode-se falar em desenvolvimento solidário, se as mulheres ainda não vivenciam a igualdade em todos os espaços de atuação desses novos empreendimentos?

Ciente das desigualdades históricas e situadas em determinados contextos, as mulheres precisam refletir em torno da sua participação em empreendimentos alternativos, pois as experiências de economia solidária estão sendo construídas por dentro do capitalismo e, muitas vezes, com as contradições próprias deste sistema.

Debater a necessidade da participação das mulheres nos empreendimentos é formular as respostas e as perguntas. Toda a organização ocorre em um sistema de relações sociais. Mesmo o empreendimento de autogestão, onde a pessoa é reconhecida como o centro e razão de sua existência, é preciso estar atento para a visibilidade das mulheres dentro desses empreendimentos.

Para avançar nessa construção, é necessário considerar as seguintes questões:

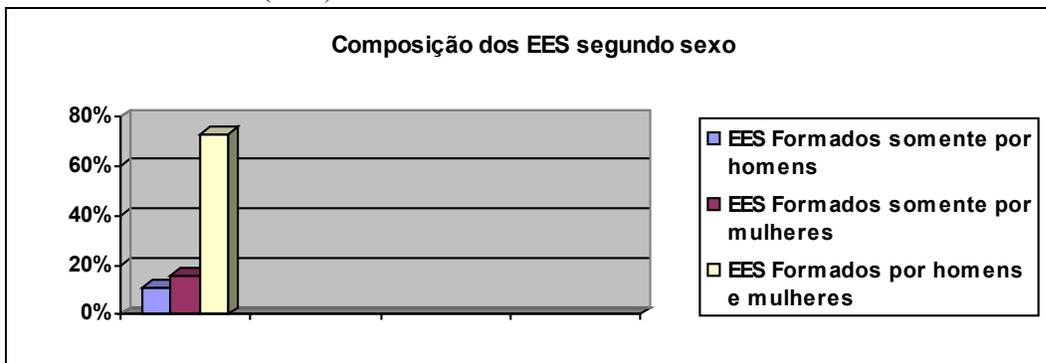
- Como os princípios da economia solidária estão sendo vivenciados nas relações entre homens e mulheres?
- As mulheres estão participando com os homens na construção do empreendimento?
- Como as mulheres participam das instâncias deliberativas, a citar os conselhos, assembleias, diretorias?

O trabalho é um espaço formativo, portanto, em um empreendimento solidário as mulheres têm de estar em todas as instâncias. Cada instância contribui de forma diferenciada na formação do grupo e é fundamental para o fortalecimento das mulheres vivenciarem estas experiências, resistir às desigualdades, até que estas últimas não mais existam.

A partir de dados do Mapeamento da Economia Solidária no Brasil (2004) foi constatado que a maioria dos trabalhadores da economia solidária são homens, mas a presença feminina nos empreendimentos e nos espaços de organização da economia solidária é muito marcante.

**GRÁFICO I: ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL – MTE/ 2004\***

\* Fonte: Brasil (2004).



A partir da economia solidária, essas mulheres, sobretudo as mais pobres, têm tido a oportunidade de redesenhar-se como agentes, de mostrar seu potencial propositivo na economia e de posicionar-se contra uma série de estigmas sobre o perfil da mulher que trabalha.

O outro elemento que pode ser analisado é a predominância de mulheres nos pequenos empreendimentos. Esse indicador pode representar a reprodução de problemáticas vividas pelas mulheres no mundo do trabalho hegemônico, pois os grandes empreendimentos da economia solidária ainda são dominados pelos homens. Entre as variáveis que podem justificar esse fenômeno, tem-se a tendência histórica de serem considerados espaços de atividades “ditas” masculinas, assim, a dificuldade das mulheres ocuparem espaços de direção nesses empreendimentos.

Outra questão importante nesta construção é a incorporação de medidas que ampliem a perspectiva de participação das mulheres nos empreendimentos de economia solidária, através do fomento e promoção de empreendimentos econômicos organizados somente por mulheres, definição de cotas de participação de ambos os sexos nos diferentes

espaços de produção, decisão, etc. Essas ações são formas de investir na superação das desigualdades de gênero.

Ao apresentar a economia solidária como alternativa econômica para as mulheres, acredita-se que esta é uma forma de resistência da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que deve ser um espaço de emancipação das mulheres.

Nesta caminhada de autonomia econômica das mulheres, homens e mulheres que atuam em empreendimentos autogestionários necessitam estar atentos para que as mesmas relações solidárias exercidas na associação devam ser estendidas aos demais espaços de atuação, a citar a casa, a praça, etc.

Além das relações vinculadas ao mundo produtivo - empreendimento solidário - e à família, indaga-se agora, acerca do papel do Estado diante desta alternativa no Ceará.

### **3.2. Políticas Públicas para as mulheres: autonomia econômica como uma estratégia necessária em Fortaleza**

Para o movimento de economia solidária do Ceará, o cooperativismo e o associativismo são fundamentais. Essa concepção amplia-se ao considerar uma nova forma de sociabilidade e organização do trabalho que deverá envolver além da produção, a distribuição, a comercialização e o crédito, o protagonismo das comunidades, a cultura local, as relações de gênero, os aspectos ambientais, o histórico da existência de vida social e a preservação da identidade coletiva.

Na cidade de Fortaleza, uma das maiores capitais do país, com o número de habitantes de 2,2 milhões, há 1.200.317 mulheres, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE, 2003). Conforme informações desse Instituto, cerca de 10,05% da população não possui renda e 22,78% possui renda de 0 (zero) a (01) um salário mínimo. A População Economicamente Ativa (PEA) de Fortaleza é representada por 952.469 pessoas - dados referentes ao ano 2000 - sendo 44% da PEA composta por mulheres. O potencial de mulheres chefes de família é de 33% dos domicílios (87% dessas mulheres não tinham esposo, cônjuge ou companheiro).

Quanto às políticas públicas para as mulheres, além da construção de equipamentos que trabalhem com questões relativas à violência contra a mulher e à saúde da mulher, a Prefeitura Municipal de Fortaleza tem inovado ao implementar políticas que possibilitem a sua autonomia econômica.

O *Projeto de Inclusão Produtiva para as Mulheres do Bolsa Família* realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, juntamente com a Coordenaria de Políticas para as Mulheres, atende 1500 mulheres do Programa Bolsa Família de Fortaleza que moram em bairros caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social.

Essas mulheres, assim como outras, representam o segmento de maior exclusão econômica, seja pelo menor acesso ao mercado de trabalho e ao exercício de empreendimentos econômicos, seja pela maior precariedade nas condições de trabalho e acesso aos direitos trabalhistas. O desemprego, a menor remuneração e acesso ao mercado, sobretudo das mulheres negras e pobres, são indicativos da desigualdade de gênero e raça

que se acentuam cada vez mais nas periferias das grandes cidades, resultado da divisão sexual do trabalho que estrutura as relações de desigualdade de gênero na sociedade. Questionam-se as iniquidades que se apresentam nas relações entre homens e mulheres, a exemplo, a distribuição de atividades, o tipo, o tempo destinado ao descanso, as oportunidades de acesso aos serviços, o nível de remuneração e a valorização da atividade, dentre outras.

Partindo desta leitura da realidade, o Projeto desenvolve a formação continuada nas esferas política, técnica, produtiva e gestão de empreendimentos coletivos. A formação técnica nos ramos de confecção, culinária semi-industrial, prestação de serviços da construção civil e tecnologia de montagem e manutenção de computadores está sendo desenvolvida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Casa Brasil e por uma assessoria na área de confecção. As mulheres que já concluíram a formação técnica estão sendo mobilizadas para realizar um curso complementar “Diálogos de Gestão”, módulo “Gerência de si mesmo”, a partir de um termo de parceria entre a SEMAS e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT).

Mesmo em curso, o projeto acima citado já apresenta resultados parciais na vida das mulheres. No que diz respeito às relações de gênero, muitas delas passaram a refletir e discutir a condição feminina, a citar: *“Sou a primeira que acordo e a última que durmo. Sem mim ninguém come. Sou igual a bombril, tenho mil e uma utilidades. Sou quem cuida de tudo e de todos, e quem cuida de mim?”* (Fala de participantes do Curso de Formação Política).

Consequentemente, muitas mulheres perceberam a divisão sexual do trabalho, a partir das inúmeras atividades produtivas que desenvolvem durante o dia, embora não seja remunerada e nem tenha direito a folga. Deste modo, elas passam a se situar como sujeito da sua própria história e afirmam *“Tô viva, tô começando de novo. Faço pouco, quero mais. Quero meu próprio negócio.”* (Fala de participantes do Curso de Formação Política).

Quanto à formação 410 mulheres já foram certificadas, sendo que 152 mulheres na área de confecção, 160 no campo de alimentação, 45 no ramo da construção civil e serviços e 52 mulheres na área de montagem e manutenção de computadores.

Mas este é só o início de outra história. Isto porque se compreende que a inclusão produtiva das mulheres é uma necessidade, mas é o meio e não o fim. A finalidade é a auto-emancipação das mulheres e a emancipação coletiva de homens e mulheres, e, portanto, é fundante continuar discutindo e aprofundando questões como a participação feminina em empreendimentos solidários.

#### **4. Considerações Parciais**

Inserida numa conjuntura contraditória, em que a crise do sistema capitalista se acirra a cada dia, ao mesmo tempo em que recria as condições que possibilitam a sua hegemonia, a economia solidária surge como alternativa à organização econômica e social de homens e mulheres.

A economia solidária mostra-se como alternativa de promoção do desenvolvimento sustentável, onde a produção, distribuição e preservação dos recursos naturais e das relações sociais sejam dimensões de um processo de emancipação, instituição de direitos sociais, a partir de uma visão de alteridade, valorização e agregação das diferentes etnias, das relações de gênero, criando uma nova cultura de cooperação nas relações humanas. O trabalho passa a ser organizado pela autogestão, todos são donos. Ninguém perde, todos - mulheres e homens - ganham unidos e fortalecidos.

Mesmo sendo uma alternativa revolucionária ao sistema vigente, faz-se necessário discutir a participação das mulheres em empreendimentos solidários, pois há a tendência iminente em reproduzir a histórica divisão sexual do trabalho.

A invisibilidade do trabalho da mulher se reflete tanto na dimensão privada, quanto no âmbito público. É coerente afirmar que os princípios e elementos da economia solidária ajudam-nos a enfrentar as desigualdades de gênero, pois o foco do desenvolvimento econômico é as necessidades humanas e a constituição de espaço, onde as pessoas podem criar e exercitar direitos em uma justiça da proximidade.

Nobre (2003), também contribui ao apontar que valorizar o cuidado, é pensá-lo de uma forma política, e não como uma virtude naturalizada feminina, nem que se resolve no âmbito da família. É necessária uma responsabilização coletiva e uma divisão igualitária das tarefas.

Pautando-se segundo os princípios da economia solidária de restringir a esfera do mercado apenas à troca de bens e serviços, Guérin (2003) propõe que a melhor forma de politizar a divisão do trabalho doméstico não é estabelecendo paralelos com o mercado, mas o pensando-a, a partir da esfera do cuidado com o outro, como uma fonte de crescimento pessoal.

Quanto ao papel do Estado na promoção de políticas públicas que visem à autonomia econômica das mulheres, percebe-se o início de uma caminhada que necessita ser acompanhada pelo movimento social organizado e deve ser compreendida como meio para a superação da situação de desigualdade que vivem, sobretudo, no mundo do trabalho. É possível e necessário que políticas públicas assumam postura afirmativa na construção da igualdade de gênero, numa perspectiva feminista.

É, portanto, estratégico o questionamento e a superação da economia de mercado, bem como, a invisibilidade da elaboração e contribuição que as mulheres trazem para economia. Isso nos ajuda a construir uma prática que vislumbre uma nova lógica de desenvolvimento que deve contemplar a participação das mulheres no processo econômico, garantindo uma participação efetiva das mesmas em todas as instâncias de um empreendimento de autogestão ou unidade produtiva de qualquer ramo. Essa tarefa não é só das mulheres, mas de todos que constroem coletivamente a economia solidária.

### **Referências Bibliográficas**

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo. (Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BRASIL. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: SENAES/MTE, 2004.

CARRASCO, Cristina. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Orgs.). **Cadernos Sempre Viva. A produção do viver**. São Paulo, nº 8, p. 11-43, dez. 2003.

CULTI, Maria Nelzida. **Mulheres na economia solidária**. São Paulo: UNITRABALHO, 2004.

FAVARETO, Arilson. Economia alternativa nos marcos do capitalismo, é possível?. In: **Revista FASE**. Rio de Janeiro, ano 01, nº 03, OMNI Editoração, 2000.

FRANCO, Luiz Antonio de Carvalho. **A escola do trabalho e o trabalho da escola**. 3.ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1991.

GUÉRIN, Isabelle. **Sociologia econômico e relações de gênero**. (Mimeo). 2003.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de gênero. Tradução: Miriam Nobre. In: EMÍLIO, Marli et al. (Orgs.). **Caderno Trabalho e cidadania ativa para as mulheres**: desafios para as políticas públicas. São Paulo, nº 3, p. 55-64, dez. 2003.

MARX, Karl. **Os manuscritos econômicos e filosóficos**. Lisboa: Edições 70, 1964.

MONTÃO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NOBRE, Miriam. Diálogos entre Economia Solidária e Economia Feminista. FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. (Orgs.). **Cadernos Sempre Viva. A produção do viver**. São Paulo, nº 8, p. 91-94, dez. 2003.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Família**: seu processo de transformação e sua centralidade nas políticas públicas. (Mimeo). Fortaleza, 2006.

\_\_\_\_\_. **Família e perspectivas de intervenção:** cidadania, redes de sociabilidade e políticas públicas. (Mimeo). Fortaleza, 2007.

PAULILO, Maria Inês – Caderno Mulheres e Economia Popular Solidária – Escola dos Trabalhadores 8 de março, 2001.

PEIXOTO, Socorro Leticia F. **Mulheres e Trabalho:** as interfaces de um diálogo. (Mimeo). Fortaleza, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B.. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria para útil para análise histórica. (Mimeo). Recife, SOS Corpo, 1989.

SINGER, Paul. **Uma Utopia militante. Repensando o socialismo.** Petrópolis: Vozes, 1999.

ONU. **Relatório do estudo mulheres e mundo do trabalho.** Disponível em: <http://www.cidadaodomundo.org/?p=236>. Acesso em: 17/02/2006.

UNESCO. **O Perfil dos Professores Brasileiros.** Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação. São Paulo: Ed. Moderna, 2004.